



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GP N.º 54, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

SAMUEL HUGO LIMA
Desembargador Presidente do Tribunal





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024

RCF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LIQUIDADAS														
	SEI/2023	OUT/2023	NO V/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEB/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.245.914,52	127.504.964,40	125.621.692,04	236.703.033,88	174.097.491,69	142.421.831,74	141.520.922,02	139.962.514,72	139.902.504,94	145.651.731,33	146.660.298,90	141.550.864,34	1.786.843.764,52	3.985.802,20	1.790.829.566,72
Pessoal Ativo	89.018.755,60	90.861.623,30	89.138.838,07	176.158.862,63	118.572.014,81	100.325.253,50	101.168.975,15	100.505.784,35	100.253.502,00	104.671.169,78	105.165.765,00	101.795.082,16	1.277.635.626,35	3.975.670,84	1.281.611.297,19
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	75.822.600,99	77.611.779,20	75.860.440,10	149.063.350,90	105.358.903,33	86.286.505,26	87.138.068,76	86.434.532,67	86.230.251,18	90.632.252,59	91.018.263,34	87.655.799,90	1.099.112.748,22	3.975.670,84	1.103.088.419,06
Obrigações Patronais	13.196.154,61	13.249.844,10	13.278.397,97	27.095.511,73	13.213.111,48	14.038.748,24	14.031.906,39	14.071.251,68	14.023.250,82	14.038.917,19	14.147.501,66	14.139.282,26	178.522.878,13	0,00	178.522.878,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.227.158,92	36.643.341,10	36.482.853,97	60.544.171,25	54.603.972,96	38.798.817,99	39.073.146,84	39.039.010,96	39.224.066,21	40.611.509,70	41.494.533,90	39.755.782,18	502.498.365,98	10.131,36	502.508.497,34
Aposentadorias, Reserva e Reformas	32.380.007,60	32.920.295,76	32.559.045,73	54.886.751,26	48.847.575,50	34.874.873,61	35.089.277,59	35.084.954,29	35.288.167,27	36.528.559,87	37.508.387,78	35.824.193,49	451.792.089,75	0,00	451.792.089,75
Pensões	3.847.151,32	3.723.045,34	3.923.808,24	5.657.419,99	5.756.397,46	3.923.944,38	3.983.869,25	3.954.056,67	3.935.898,94	4.082.949,83	3.986.146,12	3.931.588,69	50.706.276,23	10.131,36	50.716.407,59
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	921.503,92	3.297.760,25	1.278.800,03	417.719,41	424.936,73	369.051,85	0,00	0,00	6.709.772,19	0,00	6.709.772,19
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	35.675.040,60	36.099.256,03	37.660.554,94	47.822.661,69	17.891.432,00	0,00	20.292.729,63	38.269.039,12	38.406.947,12	39.686.547,79	20.757.084,97	39.719.196,11	372.280.490,00	0,00	372.280.490,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.224,73	0,00	13.224,73	0,00	13.224,73
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	26.339,02	1.743.230,00	18.125.326,21	1.124,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	852.054,75	20.748.074,28	0,00	20.748.074,28
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	35.675.040,60	36.072.917,01	35.917.324,94	29.697.335,48	17.890.307,70	0,00	20.292.729,63	38.269.039,12	38.406.947,12	39.686.547,79	20.743.860,24	38.867.141,36	351.519.190,99	0,00	351.519.190,99
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	89.570.873,92	91.405.708,37	87.961.137,10	188.880.372,19	156.206.059,69	142.421.831,74	121.228.192,39	101.693.475,60	101.495.557,82	105.965.183,54	125.903.213,93	101.831.668,23	1.414.563.274,52	3.985.802,20	1.418.549.076,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBREA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		1.342.418.403.457,81
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	1.418.549.076,72	0,105671%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.425.771.220,52	0,255194%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.254.482.659,49	0,242434%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.083.194.098,47	0,229675%

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

1. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 3.477.275,28;

b) Despesas com Requisições de Pagamento Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão), sendo despesa liquidada R\$ 9.010.658,88.

2. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 3.970.151,33 referente a Precatórios da Administração Indireta.

3. Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente, por projeção de insuficiência de Crédito até o encerramento do Exercício, nos meses de janeiro a junho de 2024, relativas à: Adicional por Tempo de Serviço - ATS de Magistrados Ativos, Inativos e Pensionistas; Indenização de Férias de Magistrados; 1/3 de Férias de Magistrados e Servidores; Férias Indenizadas de Servidores Ativos e Inativos e Licença - Prêmio Indenizada de Servidores Inativos. De acordo com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 14ª Edição e conforme Orientação Normativa CSFT, SG,SEOPF N.º 7/2024, constante no Ofício Circular CSFT, SG,SEOPF N.º 164/2024, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

MARCO ANTONIO FERNANDES
Secretário de Orçamento e Finanças

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor-Geral

SINVAL ALVES FERNANDES
Secretário de Auditoria Interna

SAMUEL HUGO LIMA
Desembargador Presidente do Tribunal

PROAD 11510/2024. DOC 48. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2024.PFBP.GXCZ: <https://proad.trt15.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

